

ASSENTAMENTOS INFORMAIS EM ÁREAS AMBIENTALMENTE FRÁGEIS: perspectivas para o desenho ambiental/urbano

Aluna: Silvana Ferracciú Mameri

silvanamameri@gmail.com

Linha de Pesquisa: Formação e Gestão do Território

INTRODUÇÃO

O presente trabalho trata do projeto de tese proposto para o doutorado, iniciado em 2012 no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFRN, cujo tema central refere-se à ocupação de assentamentos humanos em áreas ambientalmente sensíveis.

Dois eixos analíticos e experiências comunitárias foram fundamentais para a delimitação do universo empírico da pesquisa: (i) A dissertação de mestrado, concluída em 2011, que apresenta uma reflexão sobre a Política Ambiental, tendo como referência de estudo a Reserva de Desenvolvimento Sustentável Estadual Ponta do Tubarão – RDSEPT (Macau/RN) e suas conexões com a questão urbana; (ii) O acumulado de estudos do Grupo de Estudos em Habitação, Arquitetura e Urbanismo (GEHAU) no bairro Mãe Luiza (Natal/RN), decorrentes de assistência técnica em Arquitetura Urbanismo desde 1992, que permitiu identificar a formulação e aplicação dos instrumentos da Política Urbana no bairro de Mãe Luiza, enquanto Área Especial de Interesse Social (AEIS), e suas relações com a questão ambiental.

Nas duas situações apresentadas, as comunidades envolvidas, sendo uma de pescadores e situada em área rural do município de Macau e a outra localizada em uma área central da cidade de Natal, valorizada e em situação estratégica para o mercado imobiliário, apresentam um histórico de lutas por seus direitos, conquistados pela criação da RDSEPT e da AEIS. As comunidades da Reserva na luta pela defesa de seus territórios e recursos naturais que são a fonte de sua subsistência e a comunidade de Mãe Luiza na defesa de seus direitos de permanência na área. No entanto, os processos de degradação ambiental ocasionados pela ocupação se apresentam nas duas áreas, tais como a expansão da ocupação sobre as Áreas de Preservação Permanente (APPs), dificuldades de acessibilidade, impermeabilização do solo, dentre outros (Figuras 1 e 2).

Considera-se que métodos de regulação e desenho adaptados às áreas ambientalmente sensíveis são campos necessários de aprofundamento para os processos necessários de regularização fundiária, para um crescimento que não comprometa as áreas naturais e que potencialize os padrões culturais inerentes à formação original do assentamento.

A criação de espaços especiais nas cidades orientados pelos instrumentos da Política Urbana se insere em um processo de luta pela regularização fundiária de assentamentos informais, evitando-se sua remoção e considerando a melhoria das suas condições urbanísticas. Alguns problemas, no entanto, se apresentam na implementação das ZEIS,

sendo um deles a baixa qualidade arquitetônica, urbanística e ambiental e a institucionalização dos mínimos de bem estar produzidos pela espoliação urbana, legitimando esses parâmetros. (FERREIRA E MOTISUKE, 2007)

Assim como as ZEIS, a criação de unidades de conservação de uso sustentável, como as Reservas, representa a possibilidade de se evitar a expulsão de populações tradicionais, respeitando os direitos de quem há muito tempo ocupa e utiliza os recursos naturais de seus territórios. No entanto, as populações tradicionais se acham hoje transformadas, o que se reflete em suas formas de uso, ocupação e relações com o território.

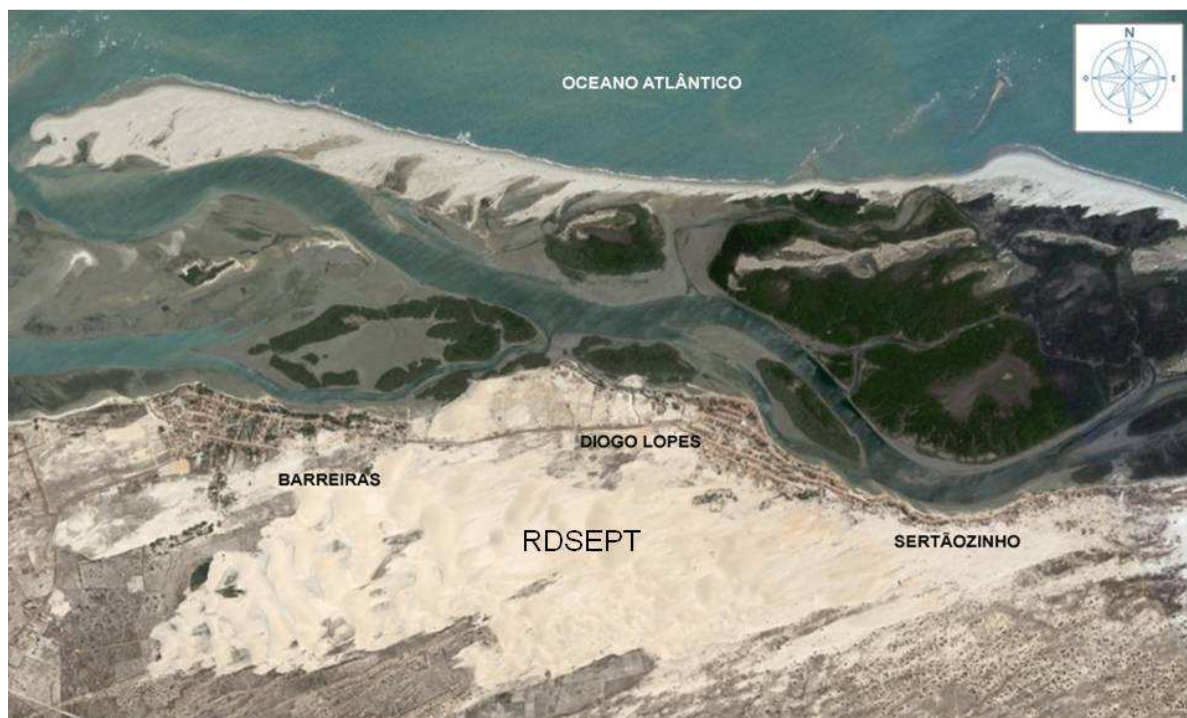


Figura 1 – Imagens RDSEPT



Figura 2 – Imagens Mãe Luiza

As duas situações apresentam conflitos e disputas. A implementação e efetivação das ZEIS são dificultadas por disputas políticas e do mercado imobiliário por tocar na questão do direito de propriedade, especialmente em áreas valorizadas da cidade. Nas Reservas, a falta de regulamentação específica também acarreta conflitos de interesses entre populações locais, proprietários rurais e empresários que passam a conviver em áreas sob as normas de um regime legal específico, passíveis de variadas interpretações jurídicas. (WWF-BRASIL, 2007)

Essas reflexões levam a questionar: como desenvolver procedimentos de projeto para essas áreas, que articulem as especificidades do meio físico, a cultura local e os mecanismos de efetivação da função social da propriedade? Optou-se pela expressão *desenho urbano/ambiental*, na perspectiva de união de duas concepções que, historicamente, se desenvolveram em paralelo, procurando chamar a atenção para as questões ambientais e urbanas presentes em assentamentos humanos em áreas de fragilidade ambiental.

OBJETIVOS

O projeto de pesquisa tem como objetivo geral desenvolver procedimentos metodológicos para o *desenho urbano/ambiental* articulado à regulação do uso e ocupação do solo e ao projeto, considerando-se as especificidades e exigências da proteção social e ambiental em consonância com as práticas cotidianas locais.

METODOLOGIA

A metodologia prevê levantamento de dados na forma conceitual teórica, destacando-se os conceitos de Heidegger sobre o habitar e os conceitos de Lefebvre sobre a produção do espaço e a vida cotidiana. Além desse aporte teórico inicial, a pesquisa prevê o estudo de autores que tratam das questões socioambientais como Acセルrad, sobre a questão fundiária como Rolnik, as concepções de desenho ambiental de Franco, a análise morfológica de Panerai, Lamas e Rodrigues e o estudo de metodologias para projetos urbanísticos em áreas ambientais, destacando-se inicialmente Bueno e Martins.

Para conhecer as especificidades da vida cotidiana das comunidades, de como utilizam os espaços e quais suas aspirações e desejos, os procedimentos metodológicos a serem adotados partem da observação local em diferentes períodos, aplicação de questionários, entrevistas e realização de oficinas.

Para compreender as especificidades do sítio físico natural, serão interpretadas as bases de dados da dissertação de mestrado sobre a RDSEPT e do GEHAU sobre o bairro de Mãe Luiza.

A partir desses estudos podem ser definidas as categorias analíticas para a metodologia do *desenho ambiental/urbano*.

DESENVOLVIMENTO

Como a pesquisa encontra-se em fase inicial, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema, que visou compreender como essa questão está sendo tratada no âmbito acadêmico. Os estudos teóricos iniciais foram direcionados à compreensão dos conceitos de Heidegger e Lefebvre sobre o habitar.

No pensamento filosófico de Heidegger (2006), a crise essencial do habitar não está relacionada à falta de habitações, mas consiste “em que os mortais precisam sempre de novo buscar a essência do habitar”.

Para Lefebvre (1978), o habitar tem se transformado em função das totalidades que constituem a cultura, a civilização, a sociedade, nas suas relações e modos de produção, nas estruturas e superestruturas. Considera que a ação dos grupos humanos sobre o meio material e natural possui dois atributos: a dominação e a apropriação. A dominação sobre a Natureza, resultante da técnica, a arrasa, sendo que a apropriação transforma a natureza em bens humanos.

A aspiração do homem por uma nova concepção do habitar, que responda as exigências da técnica e das grandes aglomerações modernas, sem sacrificar a qualidade, as diferenças e a apropriação espaço-temporal, como reflete Lefebvre, é o desafio da sociedade moderna.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As questões ambientais e urbanas presentes em assentamentos humanos em áreas de fragilidade ambiental se inserem em um processo que está tanto ligado à proteção das áreas naturais e aos direitos ambientais, quanto aos direitos sociais, que passam pelas questões fundiárias e de construção espacial. Lefebvre trás para a *práxis* o pensamento de Heidegger e seus estudos apontam para a importância do estudo da vida cotidiana, do lugar onde o homem se reconhece e vive e onde se dá a unidade da vida social. O sentido da *utopia experimental* que ele propõe, no sentido de que a utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências, é a motivação para se buscar possibilidades para o habitar.

REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri. As cidades e as contradições espaciais da “reversão competitiva”. In: LIMA, Marcos Costa (org.). **Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento**. São Paulo: Editora UNESP, 2008.

BUENO, L. **Projeto e favela: metodologia para projetos de urbanização**. 2000. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, 2000.

FERREIRA, João Sette Whitaker Ferreira; MOTISUKE, Daniela. A efetividade da implementação de Zonas Especiais de Interesse Social no quadro habitacional brasileiro: uma avaliação inicial. In: BUENO, Laura Machado de Mello (org.); CYMBALISTA, Renato (org.). **Planos diretores municipais: novos conceitos de planejamento territorial**. São Paulo: Annablume, 2007.

FRANCO, Maria de Assunção Ribeiro. **Desenho Ambiental: uma introdução à arquitetura da paisagem com o paradigma ecológico**. São Paulo. Annablume. FAPESP, 1997.

HEIDEGGER, Martin. **Ensaio e conferências/Martin Heidegger**. Tradução de Emmanuel Carneiro Leão, Gilvan Forel, Marcia Sá Cavalcante Schuback. - 3ª edição - Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2006.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. sl: Fundação Calouste Gulbenkian, 1993.

MARTINS, Maria Lucia Refinetti. **Moradia e Mananciais. Tensão e diálogo na metrópole.** São Paulo, FAUUSP/FAPESP, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la Vie Quotidienne I: introduction.** Paris: l'Arche Éditeur, 1958.

_____. **De lo rural a lo urbano.** Antologia preparada por Mario Gaviria. Versão espanhola de Javier González-Pueyo do original francês. Barcelona: Península, 1978.

_____. **O direito a cidade.** Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

PANERAI, Philipe. **Análise Urbana.** Tradução de Francisco Leitão. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

RODRIGUES, Ferdinando de Moura. **Forma, Imagem e Significado em Estruturas Urbanas Centrais.** Centro da Cidade de Niterói. Projeto de Reestruturação Urbana. EdUFF/ProEditores, 2005.

ROLNIK, R. (Org.). **Regularização Fundiária Plena: referências conceituais.** 1. ed. Brasília: Ministério das Cidades, 2007. v. 1. 120 p.

WWF-BRASIL. **Reserva de Desenvolvimento Sustentável:** Diretrizes para a Regulamentação. 2007.